

GERAL

CÚPULA DE JOHANNESBURG

Rio +10 termina com promessas e frustração

Dario Lopez Mills/AP

Presidente sul-africano fez um apelo pelo cumprimento dos compromissos assumidos

LOURIVAL SANT'ANNA
Enviado especial

JOHANNESBURG – A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável foi encerrada com um apelo do presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, para que a sociedade civil pressione os governos a cumprir os compromissos assumidos em Johannesburg. E com delegados do Brasil e de outros países procurando demonstrar por que a cúpula não foi um fracasso, ainda que tenha frustrado muitas das expectativas nela depositadas.

“Estamos encarando os compromissos que fizemos aqui com muita seriedade”, disse Mbeki, durante entrevista coletiva à noite, na qual o foco esteve colocado sobre a resistência dos países desenvolvidos em geral e dos Estados Unidos em particular em assumir compromissos com metas. E no descumprimento do que foi acertado no Rio, há dez anos.

Em resposta à pergunta de um jornalista brasileiro, ele disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso “poderá mostrar no Brasil o que foi adotado em relação à energia e aos povos indígenas, que são temas tão importante para o País”. O Brasil defendia a adoção de meta global de 10% de uso de fontes renováveis de energia até 2010. O documento fala apenas no interesse em aumentar o uso dessas energias, mas diz isso também em relação à melhora das tecnologias para combustíveis fósseis, para a indignação dos ambientalistas.

“Entre recomendar os combustíveis fósseis e nada, eu preferiria não ter nada”, disse Rubens Born, coordenador da delegação do Fórum Brasileiro das ONGs. “As decisões aqui são tomadas por consenso”, rebate Maria Luiza Viotti, da embaixada do Brasil na ONU. “Se se resolvesse por votação, teríamos ganho facilmente. Portanto, não aceito que se fale em derrota do Brasil.” Dos 190 países representados na cúpula, opuseram-se explicitamente à iniciativa brasileira os Estados Unidos, Japão, Austrália, Índia, China e os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), com exceção da Venezuela. A proposta de meta global de fontes renováveis teve o apoio dos 33 países da América Latina e Caribe, dos 15 membros da União Européia e mais a Noruega e a Suíça, dos Estados insulares, que são mais de 40, do Leste Europeu e de quase todos os africanos.

Na última sessão plenária, Maria Luiza declarou que o Brasil lamentava o fato de a meta de 10% não ter sido adotada, mas que isso não representa um fracasso e que a América Latina e Caribe continuará trabalhando com a União Européia para que as duas regiões implementem a iniciativa.

O secretário assistente de Estado para Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais, John Turner, disse que as delegações “deveriam agradecer os Estados Unidos” pelo seu desempenho na cúpula. Segundo Turner, a proposta brasileira pretendia “ditar” para todos os países um só tipo de energia, quando vários deles não teriam recursos para implementá-la.

No outro tema citado por Thabo Mbeki, o dos indígenas, o Plano de Implementação prevê que as indústrias repartam com as comunidades nativas os lucros da exploração dos recursos naturais e do conhecimento tradicional, por meio das patentes. Por outro lado, os países se comprometem a “reduzir significativamente” as perdas de sua biodiversidade até 2010, criando um regime para fiscalizar o seu cumprimento.

Os negociadores brasileiros destacaram, também o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, que significa que cada país deve arcar com a reparação dos danos ao



Garota sul-africana em um protesto pelos animais, durante a Rio +10, que terminou ontem

A reunião parece um campo de batalha, onde é difícil perceber facilmente quem venceu e quais os frutos da vitória

José Goldemberg

Documento traz os objetivos para 190 países

JOHANNESBURG – São dez capítulos e 148 parágrafos em cerca de 70 páginas. O Plano de Implementação, principal documento aprovado ontem no encerramento da Cúpula Mundial, a Rio +10, traz os objetivos a serem alcançados pelos 190 países signatários, que se comprometem a colaborar com o desenvolvimento sustentável, tendo como base progresso econômico, justiça social e proteção do meio ambiente.

Entre os principais objetivos acordados (veja gráfico nesta página), estão a redução pela metade do número de pessoas que ganham menos de US\$ 1 por dia, a “redução considerável” do ritmo de extinção de espécies animais e vegetais, e um “significativo incremento” das energias renováveis, o que deve ocorrer “urgentemente”.

Johannesburg, vitória ou derrota?

JOSÉ GOLDEMBERG

Uma grande reunião das Nações Unidas como a que se realizou em Johannesburg nas últimas semanas – onde estavam presentes mais de 170 representantes de governo com assessores, representantes de entidades ambientalistas e do setor produtivo – parece um campo de batalha, onde é difícil perceber facilmente quem venceu e quais são os frutos da vitória.

Mesmo nas reuniões fechadas, às quais só comparecem representantes dos governos, centenas de pessoas se apinham numa sala, tentando adotar resoluções que se transformarão, eventualmente, em leis, nos países que as ratificarem. De certa maneira, a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, funcionou como uma convenção constitucional para adotar regras que orientem o desenvolvimento numa direção mais sustentável do que está ocorrendo no presente.

Tem havido muitas destas megaconferências das Nações Unidas na última década, mas o que houve de diferente, para o Brasil, em Johannesburg é que o nosso país não era apenas um participante entre muitos, mas, sim, o proponente de uma das propostas mais importantes e criativas: a Iniciativa Brasileira de Energia, apoiada por todo o bloco latino americano e caribenhino, propondo elevar a fração de energia renovável em todo o mundo para 10% no ano 2010. Energia renovável é aquela que, diferentemente do carvão e petróleo – cujas reservas são finitas –, se origina diretamente do Sol, sendo, portanto, inexaurível. Além disso, não polui como os combustíveis fósseis.

Exemplo de energia renovável é a energia hidroelétrica, que, se for adequadamente implementada, polui muito menos do que uma usina termoelétrica que queima carvão ou derivados de petróleo. O álcool da cana-de-açúcar é também um combustível renovável, porque a cana que é cortada numa safra se reconstitui na safra seguinte.

A União Européia apresentou uma proposta no mesmo sentido, porém com metas mais modestas. Ambas enfrentaram enorme resistência de Japão, Estados Unidos e sobretudo dos países produtores de petróleo, no caso destes, devido à percepção existente de que perderão mercados para o petróleo que produzem, à medida que as energias alternativas avançarem.

Por outro lado, as propostas obtiveram enorme apoio dos demais países, porque o uso de energias renováveis contribui diretamente para a redução da pobreza. Não só por gerarem empregos mas porque, com elas, poderemos atender as necessidades energéticas de cerca de 2 bilhões de pessoas em todo o mun-

do que não têm acesso à eletricidade e aos demais serviços que as modernas formas de energia proporcionam à Humanidade.

Apesar deste apoio, a proposta brasileira combinada com a proposta européia, não foi aprovada na íntegra. A resolução adotada por consenso, ao fim de reuniões que se estenderam até alta madrugada durante vários dias, reconhece a importância e a urgência da adoção das energias renováveis em todo planeta e considera legítimo que blocos regionais de países adotem metas e prazos para cumpri-las. Mas não aceitou fixá-las para todos os países.

Ela vai mais longe: ao decidir que o progresso na implementação de energias renováveis seja revisto periodicamente pelas Nações Unidas, abriu caminho para reabrir a negociação, já no ano próximo – o que representa um avanço considerável.

Portanto, quais são os vencedores e quem são os derrotados?

No curto prazo, os vencedores foram os interesses comerciais que estão por trás da posição dos países produtores de petróleo (exceto México, Venezuela e Noruega), isto é, basicamente os países do Golfo Pérsico e os Estados Unidos. Além disso, a redação final do documento adotado deixa dúvidas sobre o papel da energia nuclear.

Como as decisões nesses tipos de reuniões da ONU não são tomadas por votação mas por consenso, a busca desse consenso é

que levou a uma decisão final, que aceitou os princípios destas propostas, mas eliminou suas metas e prazos.

Uma complicação adicional no processo é que o Brasil faz parte do Grupo dos 77, que reúne mais de 120 países em desenvolvimento, e deve acatar as resoluções tomadas no âmbito deste grupo – o que tolhe sua liberdade de avançar nos debates e negociações.

A médio prazo, contudo, venceram os proponentes de metas e prazos para cumpri-los (Brasil e União Européia).

Por todas estas condições muito adversas, o fato de aspectos básicos das propostas de Brasil/União Européia terem sido encampados pela ONU, em Johannesburg, representa uma evolução extremamente significativa do ponto de vista diplomático, que certamente terá consequências positivas no futuro próximo. Seja na Conferência de Cúpula sobre Estratégias Globais de Energias Renováveis que o chanceler alemão Gerhard Schröder acaba de anunciar, seja nas tratativas internacionais rotineiras, doravante marcadas pelo “senso de urgência” que a Rio +10 incorporou à necessidade dessas fontes renováveis na matriz energética mundial.

■ José Goldemberg é secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

O PLACAR DE JOHANNESBURG

O que ficou da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

TEMA	O QUE O BRASIL QUERIA	O QUE OS AMBIENTALISTAS QUERIAM	QUEM RESISTIU	COMO FICOU
Energia	Meta global de 10% do uso de fontes renováveis até 2010	Apoiavam a iniciativa brasileira	EUA, Opep (exceto Venezuela), Japão, Austrália, Índia e China	As regiões e países que quiserem poderão estabelecer metas
Biodiversidade	Repartição dos lucros com detentores dos recursos naturais e conhecimentos tradicionais	Metas e prazos de redução da perda de biodiversidade	Os países desenvolvidos não queriam a repartição	A repartição e a meta de redução foram adotadas
Clima	A entrada em vigor do Protocolo de Kyoto	A mesma coisa que o Brasil	Estados Unidos e outros países	Rússia e Canadá anunciaram a ratificação, abrindo caminho para a entrada em vigor
Subsídios agrícolas	Acabar com os subsídios agrícolas nos países desenvolvidos	Não tinham posição comum	Os países desenvolvidos	O plano de ação menciona a necessidade de reduzir os subsídios agrícolas
Saneamento	Não trouxe proposta, mas apoiava ampliação	Ampliação do serviço, sem privatização	Os países desenvolvidos queriam ampliar pela via da privatização	Meta de reduzir à metade o número de pessoas sem acesso adequado ao saneamento até 2015

meio ambiente proporcionalmente ao que cada um causa. Os países desenvolvidos, os maiores poluentes, queriam que esse princípio, consagrado no Rio-92, ou não constasse do Plano de Implementação ou tivesse formulação apenas genérica.

Outro princípio, o da precaução, que dá prioridade à proteção ambiental, foi incluído no documento com a ressalva de que não deve ser usado para ações protecionistas, atendendo a preocupações do Brasil e de seus aliados, vulneráveis a es-

se tipo de investida. Igualmente, o texto propõe o fim dos subsídios agrícolas e uma reafirmação das metas de financiamento do desenvolvimento dos pobres, com a fatia mínima de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países ricos.